



MUNICÍPIO DE TONDELA

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

NO DIA 24 DE JUNHO DE 2022

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Miguel Ângelo Rodrigues Gonçalves
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Rui Alberto Nunes dos Santos
Andreia Sofia Neves de Sousa
Ana Rita Marques Viegas Rosa
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos
Marta Franco Coimbra Marques
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Rui Filipe Dias de Figueiredo
Mariana Mateus Fidalgo Simões
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Francisco Duarte da Fonseca
Isabel Maria Gomes Santos Almeida
Maria Cristina Marques Ferreira Simões
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Sandra Monteiro Lourenço
Marta Daniela Silva Antunes
João Paulo Pacheco Loureiro
Fernando Santos da Silva



Gonçalo Manuel da Silva Pereira
Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Fernando da Silva Figueiredo
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Carlos Ferreira
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:



Aos vinte e quatro dias do mês de junho, reuniu em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, na sede da União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, pelas catorze horas e trinta minutos sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egredas Leitão Amaro.

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia:

Por trezentos e sessenta e quatro dias, com efeitos a 28 de abril de 2022 o membro Ana Rita Marques Viegas Rosa, em substituição do membro Alfredo de Jesus Cabral, que solicitou suspensão.

Por um dia: os membros Márcio Rafael Rodrigues dos Santos, Miguel Ângelo Rodrigues Gonçalves, Rui Filipe Dias de Figueiredo e Isabel Maria Gomes Santos Almeida, em substituição dos membros: Sérgio Rodrigues, Helena Coimbra, Amândio Loureiro e Nelson Martins.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foi entregue na mesa, da parte do senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, uma delegação de competência de representação na pessoa do senhor José Carlos Ferreira de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Seguidamente, o senhor presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e agradeceu na pessoa do senhor presidente, da União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, pela cedência do espaço e disponibilidade demonstrada para a realização da sessão da assembleia municipal descentralizada.

Período Antes da Ordem do Dia

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29 de abril

Não houve intervenções. Colocada a votação, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de 29 de abril.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes os relatórios de atividades e financeira emitidos pela Câmara Municipal de Tondela; resposta aos requerimentos entregues pelo membro Rui Santos, na sessão de 29 de abril; email sobre exposição para colocar à discussão pública camarária e da assembleia municipal por que motivo foi a Ivermectina retirada das farmácias nacionais no decurso de 2020; email da Associação de Assembleias



Municipais que expõe a importância para inscrição em planos de atividades, até 2024, da “Assembleia Municipal Jovem”; jornais: “A Voz das Misericórdias” e “Associação”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O membro Márcio Santos apresentou uma moção, no âmbito da descentralização de competências para as autarquias locais na área da educação, que apela ao Governo para o cumprimento referido no artigo 2º e no número 2 do artigo 5º da Lei 50/2019, de 16 de agosto, de modo que as autarquias para as autarquias possam suprir os gastos associados à transferência de competências. Anexo 1

Seguidamente o membro Rui Santos interveio endereçando cumprimentos a todos os presentes.

De seguida, como defensor da regionalização, referiu que esse processo deveria ter sido iniciado antes do da descentralização de competências, pelo que manifestou, como já afirmado anteriormente, as suas reservas relativamente a alguns aspetos da transferência de competências para os municípios.

Relativamente ao facto de a moção referir que as verbas não serem suficientes, disse que gostaria de ver documentada essa insuficiência. Referiu que era uma realidade a existência do aumento da inflação inerente à conjuntura atual, e que acarretam o aumento dos preços. Saudou o cuidado na elaboração da moção, em virtude de esta ser em forma de apelo, o que poderá reunir um maior consenso. Mais refere que de acordo com declarações da senhora Ministra Ana Abrunhosa, vão ser criadas comissões para avaliar caso a caso a incidência e as correções que poderão ser efetuadas, atendendo que é impossível quando se faz uma Lei refletir todos as particularidades que possam surgir. Ao abrigo do regimento solicitou dez minutos para reunir com o restante grupo parlamentar para discussão do sentido de voto.

O membro Paulo Roberto, na qualidade de presidente da junta da União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, saudou todos os presentes, e agradeceu a presença na sede da sua junta de freguesia, a fim de se realizar a sessão da assembleia municipal, num dia especial para a freguesia, visto ser um dia festivo evocativo do padroeiro de Vilar de Besteiros, São João, pelo que convidou os presentes para as várias iniciativas/festejos.

O membro Francisco Fonseca interveio, no âmbito das preocupações que afetam o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde - SNS, evidenciadas nos últimos tempos em Portugal. Referiu o problema do tempo de espera de consultas e operações à falta de



médico de família que se agravou significativamente desde 2016, com a consequente ida para as urgências. Referiu-se ao investimento no SNS, à falta de médicos e à falta de discussão do SNS como problema estrutural e quando é que o vamos verdadeiramente reformar. Anexo 2

O membro Marta Marques cumprimentou todos os membros presentes. E, em resposta à intervenção anterior, referiu as dificuldades dos médicos, principalmente nestes últimos dois anos de pandemia, exemplificando com o caso concreto de sua mãe, médica reformada do SNS, pelo que se solidarizou com todos eles. E, trabalhando como investigadora na Faculdade de medicina de Lisboa, tem presente esta realidade.

Reconhece a necessidade de uma remodelação eficiente do SNS, e dificuldade política de fazer reformas, pois estas medidas afrontam sempre um setor determinante nas reformas, que é a Ordem dos Médicos. Referenciou que a escassez de médicos é transversal a várias especialidades. E que no período de 2009-2012, com os cortes salariais, com a diminuição do número de efetivos, com a falta de contratação, assim como com as políticas do PSD que permitiram a construção de inúmeros hospitais e clínicas privadas, originou saída de muitos profissionais do sector público para o sector privado. Referiu que a contratação pública é um processo longo, que deveria ser revista, que faz que muitos recém-licenciados sejam absorvidos pelo sector privado.

Relativamente aos tarefeiros disse que asseguram falhas nas escalas do SNS, quando estas não estão asseguradas. Referiu que recentemente, devido a gozo de férias e feriados, levaram à rotura de alguns serviços e consequentemente ao seu fecho, tal como tem acontecido no passado com governo PS ou PSD.

Disse que uma das medidas que poderia minimizar a falha de profissionais, seria a afetação dos recém-licenciados das universidades públicas, passarem por um período pelo SNS, tal como acontece nas Forças Armadas. Referiu que existem muitas propostas, mas que a Ordem dos Médicos as rejeita, existindo muito pouca flexibilidade nas negociações. Disse que deverá existir uma profunda negociação entre todos os sectores, envolvendo os parceiros políticos, para levar adiante a reforma que o Serviço Nacional de Saúde necessita.

O membro Francisco Fonseca respondeu que um governo com maioria absoluta tem a eficácia e responsabilidade de fazer as remodelações estruturais necessárias. Disse que tem de facto havido saída de médicos para o privado, atendendo que sector é muito

mais atrativo economicamente, pelo que devem ser revistas as políticas do Serviço Nacional de Saúde, e para que seja sustentável tem de ser reprogramado.

O membro Rui Santos interveio, para dizer ao membro Francisco Fonseca que esperava por este debate, até pelo facto de ter sido discutido na Assembleia da República, mas que ter um governo de maioria absoluta não significa imposição absoluta de vontades e que a Ordem dos Médicos tem competência e estatutos que estão definidos na Lei, pelo que só a Assembleia da República a pode mudar. Referiu que os problemas atuais se prendem com uma diretiva europeia para alterar os estatutos de algumas Ordens, nomeadamente da Ordem dos Médicos, com vista a lhes retirar determinados exclusivos de determinadas decisões, pelo que não pode ser tratado levemente. Disse que este problema tem de ser tratado em consciência, pois se os médicos resolverem fazer uma greve geral, ficamos mesmo sem médicos e dada a sensibilidade da área, tem de ser conduzido com muito cuidado e com diálogo. Referiu que não tem nada contra o sector privado, pois se não existisse o problema seria ainda maior, mas exemplificou com os primeiros meses de pandemia que só o sector público recebia doentes COVID, deste modo o sector público é muito mais caro, pois tenha ou não doentes, tem de ter os serviços disponíveis. Disse, ainda que indiscutivelmente, o Serviço Nacional de Saúde tem de fazer reformas, quanto mais não seja pela evolução democrática do país.

O membro Francisco Fonseca voltou ao debate que referiu que ao contrário do que dizem, referiu que afinal o PSD faz alguma coisa, pelo menos oposição na Assembleia da República. A atuação dos médicos, dentro e fora do SNS, é distinta. Relativamente aos privados, disse que o que defendeu era de uma solução estrutural que envolva os privados quando o Serviço Nacional de Saúde não consegue dar a devida resposta, exemplificando com o caso da PPP do hospital de Braga que custava menos 40 milhões de euros e que funcionava melhor do que atualmente. Disse que existe serviço público mau em muitas áreas e que nos últimos anos se agravaram. Referiu que existe uma bipolarização entre a esquerda e a direita, assim como o privado e o público. Defendeu que deve existir convergências entre o público e o privado, de forma estrutural e pensada.

Seguidamente, foi colocada à votação a moção apresentada pelo membro Márcio Santos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Miguel Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Rui Filipe



Figueiredo, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Isabel Almeida, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

A senhora Presidente da Câmara tomou a palavra referindo que aquando da assembleia realizada a 29 de abril, foi referenciado o impacto financeiro do conflito armado, entre a Rússia e a Ucrânia, provocando aumento abrupto da inflação, com o aumento das matérias-primas, nomeadamente do petróleo, gaz, cereais e demais alimentos. Por outro lado, referiu que apesar de o país ter começado a “desconfiar”, o número de casos positivos de Covid-19 mantêm valores significativos, impedindo que as empresas retomem as suas atividades de forma regular. Disse que foi nesta conjuntura, que a Câmara desenvolveu, ao longo dos últimos dois meses, a sua atividade.

Destacou o processo de transferência de competências, na área da educação, onde o impacto da subida de preços é significativo, ultrapassando de forma negativa todas as expectativas, e onde o valor da transferência financeira está muito aquém dos custos reais. Exemplificou que só no domínio do fornecimento de refeições e dos custos inerentes à energia ultrapassou os 40%, o que se traduzirá num deficit. Não deixando de realçar o desfasamento temporal entre o calculado do valor do pacote financeiro, que ocorreu em 2018/2019, só tendo sido efetuada a transferência em 2022, sem que para tal não tenha sido tido em conta o aumento do custo de vida

Deu nota dos efeitos negativos provocados na construção civil, com o aumento das matérias-primas e a escalada de preços a afetar o sector, provocando impactos nas várias empreitadas do concelho, levando mesmo a não assinatura de contrato, dentro do prazo legal, bem como à revisão de preços com valores acima do estimado.



Seguidamente, informou que foram aprovados os protocolos de colaboração com as juntas/ uniões de freguesias, com um aumento de 10%, associações de bombeiros voluntários do concelho, com um aumento de 15% e ACERT. Deu a conhecer a aprovação da candidatura para criação da Loja do Cidadão, assim como de várias visitas efetuadas, algumas com a presença de membros do governo, assim como do senhor Presidente da República.

Deu nota de realce ao trabalho que tem sido desenvolvido em conjunto com a IPSS – Recreio do Caramulo, Junta de Freguesia do Guardão e serviços Distritais da Segurança Social, de modo a permitir a manutenção do funcionamento da valência creche, cuja importância é reconhecida e importante para todos.

Elencou várias atividades mais relevantes e reuniões desenvolvidas. Anexo 3 e 4

De seguida, a senhora presidente efetuou uma explicação, acompanhada pela visualização de imagens, das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de abril até à presente data.

O membro Rui Santos referiu que rececionou, apesar do atraso, as respostas da Câmara aos requerimentos entregues na assembleia de abril. Disse que na informação prestada consta informação das atividades da câmara mais substantiva, ou seja, atividades de investimento.

Referiu que no primeiro relatório de atividades enviado, mencionava a aceitação da candidatura da Loja do Cidadão, que a senhora presidente também referiu. Disse que já houve anteriormente uma candidatura aprovada de 350 000€, pelo PO Centro, mas que não foi executada. Do seu ponto de vista, disse não ver necessidade de efetuar tal investimento para ter uma Loja de Cidadão em Tondela, que comportará dois ou três serviços.

Disse que do que leu com atenção os relatórios e constata uma baixa execução dos fundos comunitários. Referiu que a CIM Viseu Dão Lafões, das oito CIM's, da região centro, é a que apresenta a mais baixa taxa de execução, nos projetos municipais aprovados, de 43,9% em finais de abril, quando em fevereiro era de 44,5%, atendendo que houve mais projetos aprovados e menos execução. Disse que a câmara municipal de Tondela está a penalizar essa taxa de execução, tal como aconteceu nos anos anteriores. Referiu que está orçamentado para o ano de 2022, o valor de 17 800 480,33€ de transferências de capital, tendo mais 11 100 000€ em projetos aprovados e cerca de 8 500 000€ de fundos comunitários atribuídos. De acordo com o relatório a taxa de execução da receita é de 8,98%, pelo que deve ser trabalhada. Reconheceu que existem



algumas situações que justificam parcialmente esta fraca execução, como é o caso das situações provocadas pela COVID e atualmente o aumento de preços, tendo obrigado à publicação e um Decreto-Lei que permite uma revisão excecional de preços. Referiu que os projetos que foram aprovados a 85%, atualmente com o aumento dos preços, os diferenciais terão de ser suportados pela Câmara, a não ser que o PO Centro venha a aceitar a atualização de preços. Manifestou ainda a sua preocupação relativamente a baixa execução orçamental, pelo que questionou o que pensa fazer a câmara para encontrar uma solução para que se reverta a taxa de execução financeira.

Relativamente ao Recreio do Caramulo, disse que do ponto de vista político, fizeram o que achavam que deveriam fazer. Contudo, referiu que, de acordo com informação recolhida, o Recreio tinha um acordo com a Segurança Social, com base numa valência que já não existe há cerca de dois anos e meio, do qual recebiam mais do que as outras IPSS. Disse que quando a Segurança Social quis renegociar o acordo, o Recreio não aceitou, mas espera que o funcionamento da creche continue a ser assegurado.

De seguida entregou um requerimento, à Mesa, sobre um pedido de informação de execução financeira de projetos financiados e aprovados pelo PO Centro 2020. Anexo 5

O membro Carlos Amaral interveio, de seguida, congratulando a senhora Presidente da Câmara Municipal, pelo facto de atribuir especial valor às pessoas. Referiu que relativamente ao andamento das obras, estas continuam em curso, apesar de todas as limitações existentes da conjuntura atual.

Felicitou ainda a senhora Presidente da câmara pelo acréscimo financeiro nos protocolos, não só com as juntas e uniões de freguesia, mas também com a ACERT e Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Referiu que para as entidades não é o valor necessário, mas que ajuda para colmatar a falta de responsabilidade e obrigação da tutela. Apelou aos membros da bancada parlamentar do Partido Socialista, atendendo a proximidade que têm com a tutela, para que solicitem a revisão dos valores pagos às associações humanitárias de bombeiros, de modo a evitar que brevemente surjam situações de falência, atendendo que está a ser difícil suportar as despesas, refletindo-se na pronta resposta a dar aos utentes, e que tem tendência a agravar-se.

Saudou ainda a visita feita pelas entidades governamentais ao concelho de Tondela, em particular ao Caramulo, demonstrando assim interesse na promoção das potencialidades que a serra do Caramulo oferece e na dinamização dos costumes das



suas localidades. Referiu que vê com agrado a luta da Câmara para que a Olaria Preta de Molelos e a Festa das Cruzes sejam inscritas no património nacional, com base nas orientações da Unesco e da Direção Geral do Património.

No que respeita à educação, com aumento do preço das refeições, energia e transportes, manifestou, enquanto pai e membro da assembleia municipal, a sua satisfação o empenho do município em encontrar respostas adequadas, mantendo um pronto diálogo com os agrupamentos, e também no respeito a operacionalizar transferência de competências, para que tudo corra bem no início do próximo ano letivo. Referiu, os bárbaros tratos que são praticados a muitas crianças, e manifestou as suas condolências perante os mais recentes casos acontecidos no país, com a menina Jéssica e Valentina, lamentando profundamente os maus tratos a crianças, que sofrem às mãos de seres, que do seu ponto de vista, não deveriam existir ao cimo da terra. Deste modo, disse que devem ser valorizadas todas as atividades que valorizam a criança, ao invés de desdenhar e falar em dinheiros malgastos, como por exemplo, as críticas efetuadas nos festejos do Dia Mundial da Criança, felicitando, mais uma vez, a senhora presidente pela iniciativa.

Realçou as várias iniciativas desportivas e culturais promovidas pela câmara, salientando a dinâmica decorrente na final da Taça de Portugal, realizada no Jamor e felicitou o Besteiros Futebol Clube pela conquista da taça da primeira Divisão da Associação de Futebol de Viseu.

A senhora presidente, seguidamente respondeu ao membro Rui Santos, em relação à resposta aos requerimentos, que foi dada resposta em tempo, para o qual solicitou informações aos serviços.

Referiu que, por lapso seu, o primeiro documento apresentado fazia referência sublinhada sobre a Loja do Cidadão porque era necessário certificar-se de tal informação e continua a constar na segunda versão do relatório, completada com a informação de submissão da candidatura, que está ainda em fase de audiência prévia.

Referiu que quando os municípios são apelidados como sendo promotores de eventos, questionou se um evento não traz riqueza e pessoas diferentes ao território, e, por conseguinte, dinamização da economia local, das associações e dos nossos cidadãos, e refletindo-se na promoção turística e na promoção do território.

Justificou, uma situação que não é comum aparecer no relatório de atividades da câmara, que é o trabalho desenvolvido pelos serviços de recursos humanos. Conforme referido, no início do ano, havia a necessidade de reforçar os quadros técnicos do



município, atendendo que se não houver uma estrutura técnica robustecida para responder às necessidades dos tempos que correm e principalmente no âmbito de um quadro comunitário, não é possível executar obra, autos, suspensões de trabalhos, revisões de preços, pagamentos de faturas e submissão de pagamentos às entidades pelos fundos comunitários. Referiu que mencionou essa ordem sequencial, para demonstrar que quando uma obra está suspensa, não pode ser faturada, pelo que não é possível solicitar as devidas participações financeiras.

Frisou que se encontra em fase final concursos muito importantes, para admissão de técnicos superiores, na área de engenharia e arquitetura, fundamentais no domínio das empreitadas. Disse que será reforçada a equipa dos fundos comunitários, bem como a área de economia e finanças. Abordou a percentagem de execução de receita referida nos relatórios do presente ano, sendo em fevereiro de 1,94%, em abril de 4,13% e em junho de 8,98%. Relativamente à execução dos compromissos, disse que em abril era de 39,84% e neste relatório é de 91,94%, espelhando o esforço efetuado.

Disse ainda, ao senhor membro eleito Dr. Carlos Amaral, que vai tomar para si o slogan “Uma Câmara para Todos”, pois é exatamente isso que se pretende, uma câmara para todos, de iguais oportunidades a todos.

Para finalizar, em relação ao Recreio do Caramulo, referiu que a instituição recebeu no final de 2011, uma carta dos serviços distritais da Segurança Social, a dizer que não podiam receber inscrições para a creche para o próximo ano letivo 2022/2023 e que o acordo estava cessado. Deste modo, questionou, se a valência é importante, em que medida é que os serviços distritais comunicam à IPSS a cessação do acordo e não apresenta alternativas. Disse que de momento, para valência desta natureza não há avisos abertos, ou seja, se a IPSS quiser voltar a alterar, renovar o modelo de financiamento da Segurança Social não tem como fazê-lo. Frisou que independentemente dos esforços efetuados de forma discreta, pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, para encontrar soluções, chegou o momento de apresentar a questão à tutela, solicitando esclarecimento acerca das obras necessárias a fazer na instalação, solicitando permissão temporária para as crianças possam frequentar a creche, em instalações temporárias, e enquanto se executam as obras. Reforçou a necessidade da tutela crie um mecanismo de transição e proceda à abertura de um aviso específico, dedicado para estas situações. Referiu que um dos argumentos da Segurança Social é que só haveria uma criança para a creche, ora feita uma sondagem, junto da população, verificaram-se dez pré-inscrições. Disse que em equipa tem sido possível



construir uma solução para a população do Caramulo, que necessita desta retaguarda familiar.

O senhor presidente da Assembleia disse, relativamente ao Recreio do Caramulo, o membro Rui Santos deveria procurar um aperfeiçoamento do esclarecimento junto da Segurança Social, relativamente ao processo de comunicação, porque o único pedido de renegociação da Segurança Social foi há quatro anos, que teve uma resposta favorável. Referiu que quer a Junta de Freguesia, quer a Câmara Municipal se têm empenhado na resolução do problema. Regista positivamente, que o Partido Socialista tenha dito que estava resolvida a situação. Contudo, referiu que se fechar um serviço apoiado numa freguesia do concelho, por decisão dos serviços do Estado, com o aval de dirigentes nomeados pelo Estado e com decisões mal fundamentadas, não deixará de apontar o dedo ao Partido, do Concelho, que pertence ao Governo, por serem partidariamente responsáveis, frisando que atualmente não está a responsabilizar ninguém.

2.2. 3ª alteração modificativa ao orçamento e as GOP's de dois mil e vinte e dois

A senhora presidente da câmara referiu que a presente alteração modificativa se deve ao facto de, por força da transferência de competências, ser necessário promover a prestação de serviços para fornecimento de refeições nas cantinas dos Agrupamentos de Escolas do concelho, pelo que houve necessidade de criar nova rubrica orçamental, para acomodar esta despesa, de modo a iniciar o respetivo procedimento concursal.

O membro Rui Santos referiu que a bancada parlamentar do PS se iria abster na votação, atendendo que a alteração não trazia nada de novo em relação ao orçamento aprovado, sendo unicamente a abertura de uma rubrica para fazer face à contratualização de fornecimento de refeições escolares.

Seguidamente disse que o direito de resposta aos requerimento e informações, foi bem feito, pois a democracia aprofunda-se praticando-a, ressaltando que a Câmara cumpriu e deu resposta. Salientou ainda que é assim que se fomenta o regime de transparência e funcionamento dos órgãos.

Em relação à situação do Recreio do Caramulo, agradeceu o esclarecimento, e afirmou que ira verificar a informação, pois o que lhe tinha sido transmitido, pela senhora presidente da Segurança Social, era ter havido uma proposta de renegociação do



contrato. Referiu que nada tem a ver com questões partidárias, que divulgaram a situação como força política e como forma de pressão.

O senhor presidente da Assembleia subscreveu a opinião do membro Rui Santos, que é bom que a democracia funcione, e tal aconteça em Tondela.

A senhora presidente da câmara, referiu que uma das razões da criação da rubrica da alteração modificativa é para que no final do ano, de uma forma clara, todos possam perceber os encargos inerentes com a transferência de competências e assim fazer o balanço relativo aos custos.

Colocada à votação a 3ª alteração modificativa ao orçamento e às GOP's de 2022, foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Miguel Ângelo Gonçalves, Rui Santos, Rita Rosa, Marta Marques, Rui Filipe Figueiredo, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Isabel Almeida, Martinho Rodrigues, Fernando Santos Silva, Ana Maria Duarte e Vítor Mota. Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Márcio Santos, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos efetuou uma declaração de voto que se transcreve

“Declaração de voto 3ª Alteração Modificativa Orçamental

Estando perante a votação de mais uma revisão de dotações orçamentais que nada muda na orientação das políticas municipais no sentido que defendemos perante os eleitores que nos elegeram. Por isso, em coerência, não votamos favoravelmente a proposta.

Porém, como a mesma serve apenas para dar cobertura para compromissos certos assumidos, que não foram estimados com valores ajustados nas rubricas corretas como é o caso da alimentação nas escolas, também não se justifica votar contra uma vez que nunca agiremos de forma a comprometer o cumprimento dos compromissos legalmente assumidos.

Por isso os eleitos do grupo Municipal do PS abstêm-se nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



2.3. Carta Social do Município de Tondela

A senhora presidente da Câmara informou que o documento era de extrema importância. Declarou, que os elementos de diagnóstico foram compilados, tendo por base os censos anteriores, pois à data da construção dos documentos, não tinham acesso aos dados censos de 2021, havendo o compromisso da equipa que elaborou o documento, em atualizá-lo, quando os censos de 2021 estiverem disponíveis. Referiu a importância, pertinência e necessidade de existir um documento aprovado, designado Carta Social, aprovado para que o CLAST possa emitir os pareceres necessários, para acompanhar as candidaturas que possam vir a acontecer, quer ao PARES, quer ao novo quadro comunitário de apoio.

Seguidamente, a senhora presidente fez uma apresentação e explicação da Carta Social, através de imagens.

O membro Rita Rosa interveio, de seguida, referindo que o processo de descentralização de competências em curso, nomeadamente na área da social acrescenta responsabilidades à ação dos serviços municipais no desenvolvimento da proteção social, nas suas diversas vertentes.

Referiu que a carta social de Tondela assume um papel essencial no desenvolvimento de políticas sociais municipais, ainda assim, entende que deveria ser um documento mais ambicioso e assumir um verdadeiro planeamento da rede de equipamentos sociais e uma adequada distribuição pelo território, e não cair na tentação de cometer erros do passado. Com ressalva às reservas apresentadas, disse que iriam votar favoravelmente, com a convicção de que esta Carta Social será aperfeiçoada.

Anexo 6

A senhora presidente da câmara agradeceu a intervenção. Manifestou dificuldade que existe em encontrar respostas sociais adequadas, tendo em consideração a capacidade financeira, das instituições que respondem às necessidades sociais localizadas na região. Referiu a importância de como os fundos comunitários são alocados, determinante para se proceder ao equilíbrio da capacidade de resposta. Referiu a disponibilidade para melhorar e contribuir para que haja uma coesa e equilibrada resposta no território.



Colocada à votação a Carta Social do Município de Tondela foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Miguel Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Rui Filipe Figueiredo, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Isabel Almeida, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Miguel Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Rui Filipe Figueiredo, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Isabel Almeida, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



2.5. Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo - no âmbito dos transportes escolares

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Miguel Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Rui Filipe Figueiredo, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Isabel Almeida, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6. Libertação de saldo remanescente de contratos interadministrativos celebrados entre o Município de Tondela e Juntas/União de Freguesias

Não houve intervenções.

Colocada à votação, a libertação de saldo remanescentes de contratos interadministrativos foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Miguel Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Rui Filipe Figueiredo, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Isabel Almeida, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.



Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O senhor presidente da Mesa apresentou um voto de louvor ao Clube Desportivo de Tondela, seus dirigentes, trabalhadores e atletas, pelo percurso que culminou com a presença nos últimos sete anos na primeira Liga de Futebol, e por ter chegado à final da Taça de Portugal e da Supertaça. Lembrou o percurso longo do clube que pelo seu mérito conseguiu ascender à Primeira Liga e aí permanecer sete anos, numa atividade desportiva e económica altamente competitiva em Portugal e no mundo. Salientou os muitos benefícios extradesportivos para o concelho de Tondela e a região, como a promoção turística e identitária, por ter trazido e gerado atividade económica e por ter triunfado com um projeto com sinais e manifestações de excelência, por ter estado entre os primeiros, por ter chegado à final da Taça de Portugal e pelo projeto de formação que desenvolveu ao longo dos anos. Independentemente do que reservar o futuro, o passado e presente do Clube Desportivo de Tondela honraram e beneficiaram o concelho de Tondela e as suas gentes e a região em geral.

O membro José António Matos interveio, de seguida, referindo que de acordo com o exposto no artigo 79º da Constituição Portuguesa, conjugado com a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, todos os têm direito à cultura e ao desporto, sendo que cabe ao Estado, Regiões Autónomas e Autarquias a sua promoção. De acordo com os dados do Euro barómetro, cerca de 64% da população portuguesa não faz exercício físico ou não pratica desporto, por não terem disponibilidade de tempo, por não existir oferta pública ou por razões financeiras.

Referiu que as autarquias locais são entidades privilegiadas no diagnóstico de problemas e consequentemente planeamento e operacionalização de políticas municipais. Pelo que, felicita a câmara pelos programas que oferece à população. Contudo, alguns serviços não são acessíveis a toda a população, por estarem longe, pelos preços não serem acessíveis a todos. Deste modo, propõe: que sejam garantidos espaços públicos para a prática desportiva; que seja criado um passe anual para acesso às aulas de atividade física, com tarifas acessíveis; seja criado um “voucher” de desconto para acesso às Termas de Sangemil, para maiores de 50 anos, em época de menos afluxo. Anexo 7

Seguidamente, interveio o membro Conceição Gomes que referiu que o Centro de Saúde de Campo de Besteiros foi reabilitado recentemente, mas alertou que o espaço exterior não está devidamente limpo, devendo a erva ser cortada.

A senhora presidente respondeu que o município de Tondela ainda não aceitou a delegação de competências na área da saúde, pelo que cabe à tutela efetuar a manutenção do espaço e dos espaços envolventes.

Colocada à votação do voto de louvor, o mesmo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Miguel Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Márcio Santos, Marta Marques, Guilherme Duarte, Rui Filipe Figueiredo, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Isabel Almeida, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

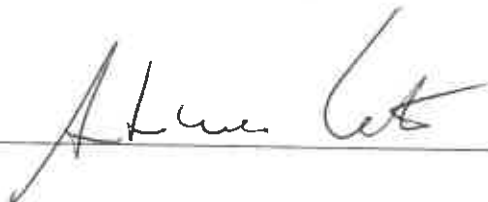
3-Período aberto ao Público

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

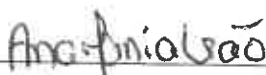
O Presidente:



O 1º Secretário:



O 2º Secretário:



MOÇÃO

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Considerando que:

- A Lei 50/2018 de 16 de agosto regulamenta o regime da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estando à data de hoje já concretizadas as do setor da educação;
- A mesma lei diz claramente no seu artigo 2º que:
 - «...f) A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados;
 - g) A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas.»
- Diz, ainda, o ponto 2º do artigo 5º da mesma lei que:
 - “O regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais considera o acréscimo de despesa em que estas incorrem pelo exercício das competências transferidas e o acréscimo de receita que decorra do referido exercício”
- O governo e o parlamento são órgãos de soberania, respeitadores de todas as suas obrigações legais quer para com a comunidade como também para com os demais órgãos do estado, quer sejam eles locais, regionais ou outros;
- A enorme tendência inflacionista que fez disparar os preços quer, no sector energético, alimentar, combustível e outros, não havendo previsão para a sua reversão.
- As verbas propostas pelo poder central não correspondem às necessidades identificadas pelo Município de Tondela, e que com isto prejudicam objetivamente o Orçamento Municipal e consequentemente todas as demais atividades e investimentos previstos.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Tondela apela ao Governo para o cumprimento da referida lei, de modo que as transferências para as autarquias permitam suprir os gastos associados às competências transferidas.

Mais se propõe que a deliberação seja remetida ao Conselho Executivo da CIMVDL, à Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões, à Assembleia da República e ao Governo da República.

Tondela, 24 de junho de 2022.

Pela bancada do PSD,

(Márcio Santos)



A
B
F.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL 24/06/2022

GRUPO PARLAMENTAR PSD – FRANCISCO FONSECA

Sr. Presidente e restante mesa

Caros membros da assembleia municipal, presidentes de junta, comunicação social, publico

Dirijo-me a esta assembleia municipal com um problema de maior. Não que ele tenha nascido hoje, não que ele seja por ser uma notícia diária, mas sim pela preocupação que ele mesmo nos dá. Sr. Presidente, venho falar daquilo que é a nossa saúde e daquilo que é hoje um chavão com que todos enchem a boca e fazem bandeira política: o SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE.

E todos a enchem porque há uma esquerda que se acha dona dele e se diz a sua defensora. E todos a enchem porque acham que a solução são planos de contingência apresentados à pressa.

E o que preocupa realmente de fundo é: quando é que vamos mesmo olhar para o SNS?

Sou de uma geração que nasceu democrática, que nasceu europeia, que cresceu a conhecer a palavra crise como normal e que sempre, mas sempre ouviu falar de que é preciso reformular o SNS. Mas quando?



A
B
C
D
E
F

O SNS é uma bandeira do serviço público português. O modelo, a forma, o acesso constitucional que é universal e tendencialmente gratuito, entre outras coisas. No entanto, há que olhar para um SNS de bases mas com futuro, prosperidade, modernização, capacidade, resposta, realidade.

Quando de nós não ouvimos e já passámos na pele o:

“””vou às 7h da manhã para o centro de saúde para ter vez. (e depois passamos lá a manhã)

“””Tenho um familiar que está à espera de uma operação à meses, deve ter de arranjar outra solução.

“””Ontem tive um problema, fui às urgências e tive lá a noite toda. Tinha pulseira verde, já sei que são sempre umas boas horas.

Enfim...

Mas vamos a dados.

Nós temos um orçamento anual no SNS de 11mil M de euros. Sabemos hoje que 40% do valor global acaba em privados.

Sabemos também que para o orçamento de estado de 2022 o governo previu no dobro o défice do SNS em relação ao défice previsto de 2021.

Sabemos que o governo em 2021 gastou apenas 70% do dinheiro que tinha previsto para investir no SNS.



A
J
f.

Em 2017, António Costa dizia que íamos todos ter médico de família. Pois, mas em 2016 eram 700mil portugueses sem ele e hoje são 1.3M de portugueses. E mesmo dos que têm eu pergunto: conseguem mesmo resolver os problemas no médico de família no tempo certo? Isto porque também são estimativas que quase metade das idas às urgências são por via do não acesso a outra forma de acompanhamento médico.

Quanto ao funcionamento.... a OCDE também dá dados. Portugal e a Hungria, a Hungria, foram os 2 piores países em resposta da saúde nos tempos de pandemia. Não é só covid, é saúde no geral. Diz também que em 2019, antes da pandemia para não ser sempre a desculpa, já liderávamos um ranking, pois.. o de maior tempo de espera no SNS nos países da OCDE. Diz ainda este organismo que Portugal tem per capita mais médicos que a França e que a Alemanha. Veja-se..

Sabemos que a Sra. Ministra Ihes pediu mais resiliência, mas tudo terá um limite.

Mas, vamos à tal privatização do SNS que dizem que a direita malvada quer provocar..

Em 2011, nesse governo que conhecemos de aperto com as razões que sabemos, havia 2M de seguros de saúde em Portugal. Hoje, passados 7 anos de governação socialista, a bater no peito com o SNS, são 3.3M de seguros Privados em Portugal.



A
Jo
E.

Hoje é também diário ouvir falar de tarefeiros. Médicos a solicitação fora do quadro, a recibos digamos. Médicos esses que em vez dos 17€ /h podem ganhar o triplo ou mais, escolhendo eles mesmo a escala e onde o fazem. Ora em 2010, final da governação trágica de José Sócrates, Portugal gastava 100M em tarefeiros. Em 2015, com a culpa do Passos, Portugal já gastava apenas 80M. Bem, hoje estamos a gastar, são os últimos dados, 130M.

São dados, alguns que mostram a desorientação de uma governação socialista que se baseia em + impostos e piores serviços. Vemos isto todos os dias.

As últimas semanas levantaram os problemas das obstetrícias e maternidades. Mas bem sabemos que se não fosse o PSD, no nosso município as urgências teriam mesmo fechado.

Um país que não dá resposta a uma situação completamente fundamental. Veja-se que até o Hospital de Braga, que nos 10 anos da MALVADA PPP nos poupou dinheiro aos cofres do estado liderando rankings de funcionamento. Foi revertida esta PPP em 2018, descendo no ranking, custando mais e tendo pior serviço, fechando até estas urgências obstétricas nestes últimos dias.

Bem..

Volto onde comecei.

Quando é que vamos discutir o SNS como problema estrutural e quando é que o vamos verdadeiramente reformar. Será que os planos sintéticos e



F
J
P.

maquilhadores de contingência que a Sra. Ministra apresenta vão fazer deste SNS o SNS que queremos?

Será que vai haver coragem para recorrer aos serviços privados e sociais de forma sustentada, sem demagogias, barreiras ideológicas ou teimosia política? Ou iremos continuar a recorrer a eles na emergência, pagando caro e fazendo uma privatização dependente e camuflada?

Pergunto eu: será que o SNS que a minha geração aprendeu a conhecer e que a geração anterior aprendeu a se orgulhar, irá continuar a existir?

Será que a minha geração irá poder ter o direito fundamental de acesso quando efetivamente estiver em idade média de mais precisar dele?

É o que deixo.

Obrigado

Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Tondela

De 29 de abril a 24 de junho de 2022

Decorreu no passado dia 29 de abril a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tondela.

Nesse momento, o impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, sentia-se em todo o mundo de forma abrupta, alterando os mercados financeiros, retraindo os investidores, o risco e a incerteza avançam sobre os agentes económicos.

Referimos então, que era **imperioso, realizar-se uma reavaliação das projeções económicas e financeiras**, por força da **deterioração das perspetivas de crescimento da economia global** no curto prazo e maiores pressões inflacionistas.

O aumento do preço de matérias primas como o petróleo, gás, cereais e outros alimentos, componentes para rações, abalam os mercados, e a inflação escala ultrapassando todas as estimativas, tornando imprevisível as consequências do conflito, situação agravada diariamente ao longo destes últimos dois meses.

À subida dos custos das matérias primas, sucede-se a escassez e as quebras de fornecimentos, principalmente em matérias e produtos, onde o petróleo e os metais têm uma componente preponderante.

Por outro lado, apesar de começarmos a “desconfinar”, apesar de socialmente ter impactos positivos, impacto esse sentido em alguns setores económicos, o número de casos de COVID-19 mantém valores significativos, e a perturbação causada no dia a dia, continua a sentir-se, impedindo que as empresas possam retomar as suas atividades de forma regular.

Foi assente nesta dicotomia, que a Câmara Municipal ao longo destes dois meses, desenvolveu as suas atividades.

Por um lado, dar resposta à constante subida de preços, por outro lado alavancar e promover a retoma das atividades culturais e desportivas.

Nestes dois meses, destacamos de forma sublinhada, o processo da transferência de competências da educação, onde o impacto da subida de preços é avassalador, ultrapassando negativamente todas as expectativas, onde o valor do pacote financeiro transferido, está muito aquém dos custos reais. Só no domínio da energia e refeições verificam-se acréscimos de preços na casa dos 40%, o que poderá traduzir-se num deficit

de mais de 1 milhão de euros apenas para o ano de 2022, ao qual acrescerá o aumento do custo dos transportes escolares.

Mas os efeitos negativos dos dois fatores referidos, sentiram-se profundamente nestes dois meses no setor da construção civil, que continua a ser profundamente abalado. O acesso às matérias primas e a escalada de preços abala profundamente o setor. Os impactos nas várias empreitadas que se encontram a decorrer no concelho, fazem-se sentir, levando mesmo à não assinatura de contrato, dentro do prazo legal, bem como a revisões de preços com valores acima do estimado inicialmente.

Neste período foram também deliberados diversos e importantes protocolos de colaboração, tendo sido considerado na sua maioria um acréscimo no valor financeiro, relativamente ao ano de 2021, de modo a fazer face aos impactos do aumento da inflação. Destacamos neste âmbito:

- Protocolos com as Juntas e Uniões de Freguesia no valor de cerca de 609.587,72€ (acrécimo de 10%)
- Protocolo com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários – 181.000,00€ (acrécimo de 15% no valor de base)
- Protocolo com a Acert – 305.212,50€

Aprovação da candidatura apresentada para criação da Loja do Cidadão.

Refere-se ainda de forma destacada, as honrosas visitas, do Sr. Presidente da República aquando da Reinauguração do Museu do Caramulo, bem como, da visita da Sr^a Ministra da Coesão Territorial, Dr^a Ana Abrunhosa acompanhada da Sr^a Presidente da CCDR Centro, Dr^a Isabel Damasceno, e da Sr^a Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Eng^a Rita Marques acompanhada do Sr. Presidente do Turismo do Centro de Portugal, Dr. Pedro Machado.

No âmbito das visitas das Sr^{as} membros do Governo, tivemos oportunidade de visitar a Vila do Caramulo, no âmbito da qual foi possível visitar o CEC-Caramulo Experience Center, bem como alguns antigos sanatórios, nomeadamente o Sanatório Infantil e o Grande Sanatório, e o agora em reabilitação, Edifício do Turismo – Futuro Centro Interpretativo da Instância Sanatorial, dando nota do valor da Serra do Caramulo enquanto bem material mas também imaterial, sublinhando-se a necessidade imperiosa para a rápida adoção de políticas integradas e interministeriais que permitam a potenciação das mesmas, tornando-a num produto turístico integrado.

A última nota de realce, é deixada para o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em conjunto com a IPSS- Recreio do Caramulo, Junta de Freguesia do Guardão e Serviços Distritais da Segurança Social, de modo a permitir manter em funcionamento a valência creche, valência cuja importância por todos é reconhecida, sendo imperiosa a sua manutenção.

De forma sucinta, passamos a descrever as atividades as principais atividades realizadas durante este período:

Cultura e Património Cultural e Natural

Com vista à sua inscrição no inventário Nacional de Património Imaterial, a que se soma um plano de salvaguarda a 10, elaborado com base nas orientações técnicas da UNESCO e da Direção Geral do Património, deu-se início ao trabalho no terreno com a realização de reuniões para a recolha de informação com vista a concretização das candidaturas:

- **Festa das Cruzes**

- **Olaria preta de Molelos**

Início da divulgação da iniciativa **“Mas que raio é isto?”** – Videos mensais de divulgação do património do território, uma iniciativa do Museu Terras de Besteiros

Projeto **TondelAnima** : Realização de 11 dos 22 espetáculos, com a adesão de muito público o que demonstra a importância da realização de eventos culturais que potenciem a fruição social e a valorização da atividade dos agentes criativos.

Elaboração de documentos de apoio a candidatura à medida 10.2.1.6 “Renovação de Aldeias” do PDR – efetuada pela Junta de Freguesia de Parada de Gonta – Casa de São José.

Operacionalização e limpeza em ordem a iniciar-se a realização de 5 dos 8 percursos pedestres, previstos.

Participação na atividade da Soenga em co-organização com a Junta de Freguesia de Molelos

Educação

Diversas reuniões de trabalho quer entre os diretores de agrupamento e a CMT, no sentido se operacionalizar a transferência de competências iniciadas a 1 de abril pp.

Comemoração do dia Mundial da Criança

Dinamização de atividades relacionadas com a mostra internacional de Cartoons oriundos de 52 países

Comemoração dos 20 anos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Acompanhamento dos jovens finalistas, da Escola Secundária de Tondela, no concurso de empreendedorismo jovem, tendo obtido o 2º lugar a nível da região CIM-VDL

Visitas de trabalho a escolas do primeiro ciclo e jardins de infância, no âmbito de intervenções estruturais a decorrer.

Vista de estudo ao Oceanário destinada aos alunos finalistas do 4º ano do 1º ciclo dos dois agrupamentos.

Recursos Humanos

Foi agilizado o projeto de conciliação entre vida familiar e profissional.

Ajustamento de recursos humanos nos setores onde havia necessidade de reforço de meios;

Finalização dos procedimentos concursais de Técnicos Superiores (Arquitetura e Engenharia) Assistentes e Assistentes Técnicos. Continuação da operacionalização de idênticos procedimentos para a Comunicação, área Social e Assistentes Operacionais.

Turismo

Assinatura de Protocolo com a Associação de Turismo de Aldeia, consubstanciando a integração da aldeia de Jueus na rede nacional de Aldeias de Portugal

Reunião de trabalho com a Câmara Municipal de Vouzela e Museu Ferroviário em ordem à elaboração conjunta de uma candidatura no âmbito do programa “Valorizar”.

Urbanismo

Reuniões de trabalho visando a operacionalização da revisão do Plano Diretor Municipal.

Ação Social e Saúde

- CRI/Apresentação PORI

- Recreio – Caramulo

- visita a IPSS Vinhal

- CLDS Vila Nova da Rainha – Apresentação “à volta das memórias –livros artesanais com histórias dentro”, resultado do trabalho comunitário desenvolvido pelo CLDS-4G Tondela Inclusiva em parceria com a ACERT na União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha

A
B
C

- Aprovação da Carta Social

- Clast - Adesão da Câmara Municipal de Tondela à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local e **Assinatura e apresentação do Protocolo de adesão da Câmara Municipal de Tondela à Rede de Autarquias para a Igualdade**

Apresentação do Plano Local Plano Local de Direitos e Proteção de Crianças e Jovens

Apresentação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – Projeto +Igual Viseu Dão Lafões - Diagnóstico do concelho de Tondela

Aprovação do apoio financeiro para acompanhamento técnico, destinado à aquisição de serviços de elaboração da estratégia local de habitação pelo IHRU;

Aprovação do apoio financeiro para o acompanhamento técnico da execução da ELH Tondela pelo IHRU;

Notificação aos beneficiários do 1º. Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; Desporto

Desporto:

1º Circuito de Ciclismo Feminino – AO TOM D´ELLA;

Promovida pelo Município de Tondela a Final da Taça de Portugal de Ciclismo Feminino, realizou-se a 1ª vez em Tondela e contou com mais 150 atletas oriundas de Portugal e Espanha.

Receção ao Clube Desportivo de Tondela nos Paços do Concelho;

A receção institucional ao Clube Desportivo de Tondela foi gesto por parte da autarquia para gratificar todo o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, culminando num momento histórico como a presença na Final da Taça de Portugal.

Receção ao Besteiros Futebol Clube;

Homenagem ao clube pelo percurso desportivo da época 2021/2022 que culminou com a conquista da Taça da 1ª Divisão da AF Viseu.

1º Torneio Internacional Cidade de Tondela ;

No fim-de-semana de 28 e 29 de Maio, realizou-se I Torneio Internacional Cidade de Tondela - Sevens Masculino, contou com a participação de 100 atletas e oito equipa.

Dia Mundial da Criança nas Piscinas Municipais

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, a Piscina Municipal de Tondela e a Piscina Municipal de Campo de Besteiros presentearam os seus alunos com uma lembrança alusiva a este dia.

Colaboração no 1.ª Poule de Obstáculos – 2022,

Apoio 8º Passeio Solidário de BTT VÁRIOS

Eventos

Portugal a Dançar

Diferentes atividades nas termas em parceria com as Termas do Centro

Miss Tondela

Marchas de Santo António

Tondela Primavera Parque

Refere-se por último o acompanhamento realizado às obras em curso.

Tondela, 21 de junho de 2022

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela

(Carla Antunes Borges)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 17 de junho de 2022.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2022 e 17-06-2022)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECETA PREVISTA CORRIGIDA	RECETA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (44,55%)	PESO DA EXECUÇÃO ORÇ NA RECETA TOTAL
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) [(2)/(1)] 100%	(4) [(3)-(44,55%)] 100%	(5)
	Recetas Correntes	21 172 739,57	7 595 911,44	35,88%	-10,15%	43,57%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 920 994,00	890 139,99	18,09%	-27,94%	5,11%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	218 588,00	191 568,26	87,64%	41,61%	1,10%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 103,00	409 469,42	33,62%	-12,41%	2,35%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 972 477,57	5 441 073,31	41,94%	-4,09%	31,21%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 674 429,00	650 900,27	38,87%	-7,16%	3,73%
08	OUTRAS RECETAS CORRENTES	168 148,00	12 760,19	7,59%	-38,44%	0,07%
	Recetas de Capital	28 226 950,11	9 836 497,42	34,85%	-11,18%	56,43%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	20,00	196,40	982,00%	935,97%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17 800 480,33	1 599 100,93	8,98%	-37,05%	9,17%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	2 206 002,00	0,00	0,00%	-46,03%	0,00%
13	OUTRAS RECETAS CAPITAL	10 001,00	0,00	0,00%	-46,03%	0,00%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	26 754,31	2675431,00%	2675384,97%	0,15%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	8 210 445,78	8 210 445,78	-	-	-
	TOTAL GERAL	49 399 689,68	17 432 408,86	35,29%	-10,74%	100,00%

Ar
Bo
P

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, um grau de execução da receita total de 35,29%, apresentando um desvio negativo de 10,74%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que o capítulo das transferências correntes se apresenta como o mais expressivo, atingindo 31,21% da execução da receita total. Do lado das receitas de capital, o único capítulo com valor de relevo é o das transferências de capital, atingindo cerca de 9,17% da receita total.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 17.432.408,86€.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESPESA PAGA

Período 01-01-2022 a 31-03-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (46,33%)	PESO DA EXECUÇÃO DANA DESPESA TOTAL
CLAS	DESCRIÇÃO	CA	CI	CHIT/CI (2022)	CHIT/CI (2022)	CI
Despesas Correntes		25 158 970,66	6 698 779,66	26,63%	-19,41%	62,10%
01	Despesas com Pessoal	7 700 161,59	2 784 790,82	36,17%	-9,88%	25,82%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10 653 798,78	2 348 300,79	22,04%	-23,99%	21,77%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	3 037,95	11,79%	-34,24%	0,93%
04	Transferências Correntes	6 626 992,00	1 485 887,07	22,42%	-23,81%	13,77%
06	Outras Despesas Correntes	162 246,00	76 762,93	47,31%	1,28%	0,71%
Despesas de Capital		24 230 719,03	4 088 459,12	16,87%	-28,16%	37,90%
07	Aquisição de Bens de Capital	19 776 552,03	2 893 078,44	14,63%	-31,40%	26,82%
08	Transferências de Capital	3 918 246,00	1 068 516,80	27,27%	-18,76%	9,91%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	18 093,72	50,00%	3,97%	0,17%
10	Passivos Financeiros	492 600,00	108 770,16	22,08%	-23,95%	1,01%
11	Outras Despesas de Capital	7 133,00	0,00	0,00%	-46,03%	0,00%
TOTAL		49 389 689,68	10 787 238,68	21,84%	-24,19%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, um grau de execução da

despesa total de 21,84% sendo, o grau de execução esperado de 46,03%, representando um desvio negativo de 24,19%.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Período 01-01-2022 a 17-06-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAF	DESIGNAÇÃO	II	III	IV (II/III) x 100%
Despesas Correntes		25 168 970,65	20 792 091,54	82,61%
01	Despesas com Pessoal	7 700 161,59	6 700 676,02	87,02%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10 653 798,78	7 947 406,30	74,60%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	16 122,45	62,56%
04	Transferências Correntes	6 626 992,00	5 996 708,62	90,49%
06	Outras Despesas Correntes	162 246,00	131 178,15	80,85%
Despesas de Capital		24 230 719,03	14 633 376,87	60,39%
07	Aquisição de Bens de Capital	19 776 552,03	10 602 509,99	53,61%
08	Transferências de Capital	3 918 246,00	3 502 101,42	89,38%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	492 600,00	492 577,96	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	7 133,00	0,00	0,00%
TOTAL		49 399 689,68	35 425 468,41	71,71%

Através da análise do quadro acima podemos realçar que, à data do reporte, as despesas com pessoal encontram-se comprometidas em cerca de 87,02% da dotação orçamental do Município. Nas despesas de capital podemos destacar os compromissos dos capítulos, aquisição de bens de capital e transferências de capital, com um grau de execução de 53,61% e 89,38% respetivamente

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se nos 71,71%, com um total de compromissos assumidos de 35.425.468,41€, até à data de 17-06-2022.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Artigo 22.º

Assunção de compromissos plurianuais

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos; ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Artigo aprovado na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2022, na reunião do dia 30 de dezembro de 2021

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 23-04-2022 e 17-06-2022.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 23-04-2022 a 17-06-2022					
(Por ordem de execução do período em análise pelo Assessor Municipal)					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2023	2024	2025	2026	Seguintes
Protocolo de colaboração com AIRV	3 750,00 €	3 750,00 €	3 750,00 €		
Protocolo de colaboração com CIMRVDL	10 477,93				
Prestação de serviços- Anuidade de aplicações AIRC	33 186,63	33 186,63			
Contratação de serviços Termas de Sanje mil- Serviços Técnicos	47 203,77				
Contratação de serviços de gestor de projeto para o BUIPI (Balcão Único do Prédio)	7 084,80				
Prestação de serviços, para a manutenção de percursos pedestres concelhios	25 350,93				
Aquisição de serviço para limpeza continua de órgão de Etar/EE	21 216,77				
Total	148 270,83 €	36 936,63 €	3 750,00 €		

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 168 dias do ano de 2022, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão (46,03%), salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, face à periodicidade de algumas receitas, bem como, despesas.

Tondela, 20 de junho de 2022

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,





Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

Requerimento

Em representação do Grupo dos eleitos do PS para a Assembleia Municipal de Tondela venho requerer ao Sr. Presidente da Assembleia, nos termos da alínea d) do nº 2 do Artº 25º da Lei nº 75/2013, que solicite à Câmara Municipal e nos faça chegar a informação sobre a execução financeira actualizada a 15 de Junho de 2022 dos projectos de financiamento aprovados pelo PO Centro 2020 abaixo indicados conforme informação pública constante do site do PO.

Financiamento/executado de Projectos da CMT PO Centro 2020				
Fundo	Projecto	Montante elegível	Financiamento Fundos	Despesa submetida ao PO pela CMT
FEDER	Área Acolhimento Empresarial de Tondela	1 659 543,42	1 410 611,92	
FEDER	Área Acolhimento Empresarial de Tondela	1 213 109,53	1 031 143,10	
FEDER	Transporte a pedido	91 020,00	77 367,00	
FEDER	Extensão Saúde Campo Besteiros	188 670,16	160 369,64	
FEDER	Centro Tecnológico	2 156 691,10	1 833 178,43	
FSE	Integração no Mundo do Trabalho	45 650,52	38 802,94	
FEDER	Esc. Sec. Tondela Fase 1	1 853 504,38	1 575 478,72	
FEDER	Restauro Igreja Românica Casal do Rei	190 047,04	161 539,98	
FEDER	Loja do Cidadão	350 000,00	297 500,00	Não consta agora da lista. (a)
FEDER	Frente Ribeirinha	1 319 415,57	1 121 503,23	
FEDER	Reabilitação do Jardim de Infância de Tondela	223 330,92	189 831,28	
FEDER	Reabilitação de Edifícios para Habitação Social 1ª fase	1 094 820,0	930 597,00	
Totais		10 035 803,13	8 530 423,24	

- a) O Relatório de Actividades da CM refere agora a aprovação de uma candidatura. Qual e com que montante?

A
Bo
P.

Financiamento/executado de Projectos da CMT PO Centro 2020				
Fundo	Projecto	Montante elegível	Financiamento Fundos	Despesa submetida ao PO pela CMT
FEDER	Reabilitação Energética do Bal. de S. Gemil	654 243,87	328 090,56	
FEDER	Remoção de fibrocimento na Escola Básica de Tondela	77 383,8	77 383,78	
FEDER	Remoção de fibrocimento na Escola de Campo de Besteiros	101 902,98	101 902,98	
FEDER	Investimento na Programação Cultural em Rede	245 528, 38	242 223,62	
FEDER	Remoção de fibrocimento da Escola de Lajeosa do Dão	108 085,27	108 085,27	
Totais		11 222 948,03	9 388 108,75	

Tondela, 24 de Junho de 2022.


Rui Santos



Assembleia Municipal de Tondela

Ex.mo Senhor Presidente da AM
Ex.mos Sras e Sr.s membros da mesa
Senhora Presidente da CMT
Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta
Senhores membros do Orgão de comunicação social
Meus Sr.s e minhas Sr.as

O processo de descentralização de competências em curso, nomeadamente na área social, vem acrescentar responsabilidades à já imprescindível ação dos serviços municipais no desenvolvimento da proteção social nas suas diversas vertentes.

A carta social de Tondela, constituindo-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise da rede de serviços e equipamentos sociais existentes e eventualmente a implementar/construir, assume um papel essencial na definição e conceção das políticas sociais municipais.

Assumindo o Município um papel central nesta área, entendemos que este instrumento essencial deveria ser mais ambicioso e assumir um verdadeiro planeamento da rede de equipamentos sociais a construir, assim como uma adequada distribuição no território.

Constatamos hoje, decorrente de políticas erráticas do passado, que existem equipamentos públicos nas mais diversas áreas que têm taxas de utilização diminutas ou mesmo residuais. Estamos dispostos a cometer os mesmos erros e desperdiçar recursos ao sabor de vontades desfasadas da realidade e alheadas do diagnóstico plasmado na atual carta social?

Com as reservas que referimos iremos votar favoravelmente a Carta na convicção de que haverá, com a transferência de competências para a CM a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, inevitavelmente que proceder à sua revisão e aí poderá a mesma ser aperfeiçoada.

Tondela, 24 de junho de 2022

Os deputados municipais do Partido Socialista

A
Jo
F



Assembleia Municipal de Tondela

Ex.mo Senhor Presidente da AM
Ex.mos Sras e Sr.s membros da mesa
Senhora Presidente da CMT
Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta
Senhores membros do Orgão de comunicação social
Meus Sr.s e minhas Sr.as

No seu artigo 79º, a Constituição da República Portuguesa indica que "todos têm direito à cultura física e ao desporto", referindo ainda que "incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto." Esta mesma preocupação é explanada e reforçada na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, cabendo ao Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais concorrer para a promoção e generalização da prática de atividade física como um importante e insubstituível instrumento.

Na vertente do Desporto, Atividade Física e Saúde, os últimos dados do Eurobarómetro situam Portugal na cauda da Europa. Cerca de 64% da população portuguesa não faz exercício ou pratica desporto e, da que faz, cerca de 2/3 não cumpre os requisitos mínimos definidos pelos standards internacionais da Organização Mundial de Saúde. A principal razão apontada pela população para esta fraca adesão é a falta de tempo disponível para a prática regular de atividade física. Uma outra razão que se destaca é o facto da oferta pública de atividade física recreativa e desportiva não ter a capacidade de responder às necessidades específicas dos cidadãos. E por fim dificuldades financeiras.

A capacidade de aproximação às populações, bem como o crescente grau de autonomia numa política de descentralização, fazem com que as autarquias locais sejam entidades privilegiadas no diagnóstico de problemas e no consequente planeamento e operacionalização de políticas municipais na área do Desporto e da Atividade Física. E aqui seria injusto não felicitar a Câmara Municipal de Tondela pelos programas que oferece. Contudo alguns serviços oferecidos, não são acessíveis a toda a população, por um lado a oferta está longe da procura, por outro lado os preços não são acessíveis a todos, pois por exemplo para frequentar aulas de hidroginástica, os utentes pagam cerca de 18€ mensais, ou seja, um casal paga 360€ anuais, o que certamente pesa no orçamento familiar.

Assim, recorrendo à Carta Europeia do Desporto, às recomendações da Comissão Europeia do Desporto, às recomendações do movimento associativo dos profissionais de Educação Física em Portugal e aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, propomos as seguintes orientações para a criação de uma política autárquica de promoção e generalização da prática de atividade física e do desporto.

- Sejam garantidos espaços públicos onde seja possível realizar atividades físicas ou desportivas, sem qualquer tipo de discriminação;
- Seja criado um passe anual para acesso às aulas de atividade física, inclusive às piscinas, com tarifas acessíveis a todos.
- Seja criado um “voucher” de desconto para acesso às termas de Sangemil para maiores de 50 anos, em épocas de menor afluxo, garantindo assim a fruição de um infra-estrutura municipal, e ao mesmo tempo participando na sua rentabilização.

Tondela, 24 de junho de 2022

Os deputados municipais do Partido Socialista